

Inocêncio é contra a varredura

A deflagração de um processo de "varredura" nos três poderes para apurar os esquemas de corrupção, nos moldes da operação "mãos limpas" da Itália, divide a opinião das lideranças dos maiores partidos do Congresso Nacional. A proposta que está sendo analisada pelo Governo e que será levada à reunião de hoje da Comissão contra a Impunidade, no Supremo Tribunal Federal (STF), já encontra resistências entre lideranças do segundo maior partido do Congresso, o PFL. "Não vivemos a necessidade de copiar uma operação que era imprescindível para a Itália", criticou ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, do PFL pernambucano.

Inocêncio Oliveira acha que o Legislativo já está cumprindo seu compromisso de passar a limpo as denúncias de corrupção envolvendo aquele Poder e o Executivo, e que a situação brasileira não exige o quadro que se deflagrou no Parlamento italiano. "A CPI deve investigar rigorosamente todas as denúncias que chegarem até ela e, se for o caso, estender as apurações para outras CPI's, ressaltou o presidente da Câmara. O líder pefista na Câmara, Luís Eduardo Magalhães, também discorda da proposta que está sendo vendida pelo líder do Governo no Senado, Pedro Simon, e que se aproxima da devassa nos três poderes idealizada pelo sena-

dor José Paulo Bisol (PSB-RS).

Luís Eduardo não acredita que a Comissão contra a Impunidade — formada pelos presidentes do STF, TCU, Câmara, Senado, ministro da Justiça, procurador geral da República e o líder do Governo no Senado — tenha "condições" de promover uma espécie de operação "mãos limpas" no Executivo, Legislativo e Judiciário. "Acredito muito mais na eficácia de uma CPI. Por que não se usa o TCU para investigar, mas paralelamente se contrata uma auditoria externa?", sugeriu o líder do PFL.

Para outros setores congressistas, a operação "mãos limpas" brasileira já foi desencadeada com a instalação da CPI que apura o esquema de corrupção no orçamento. Para o vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Germano Rigotto (RS), o Congresso deve elencar uma série de mudanças na Constituição para promover transformações estruturais nos três poderes — o que pode ser feito antes da revisão. O senador Bisol está convencido de arregimentar uma maioria no Congresso para transformar em lei sua proposta da "devassa da corrupção institucional brasileira". "A devassa tem que partir principalmente de setores da sociedade. O Poder Judiciário brasileiro não teria iniciativas para isso", opinou Bisol. (Cláudia Carneiro)